

A partir da segunda metade do século XX, acompanhamos um importante movimento de ampliação do número de vagas nas escolas públicas de ensino fundamental, tornando-as abertas às camadas populares, eliminando o caráter elitista que dominou a educação brasileira.

Na verdade, ocorreu a ampliação do número de vagas (quantidade), mas a qualidade não acompanhou este movimento e temos hoje muitas escolas, mas de qualidade duvidosa que gerou um novo tipo de exclusão educacional. As crianças ingressam nas escolas, mas não aprendem, concluindo os estudos sem êxito.

Essa nova modalidade de exclusão acabou produzindo grande número de jovens e adultos que, passando pela escola, não conseguiram realizar uma aprendizagem significativa que permitisse a utilização desses conhecimentos no seu cotidiano e, portanto, não participando plenamente da vida econômica, política, social e cultural do país (analfabeto funcional).

Houve redução do índice percentual de analfabetos absolutos da população brasileira, mas estamos produzindo um contingente de analfabetos funcionais, pois as pesquisas demonstram que, para que um cidadão adquira as habilidades e competências necessárias para ser considerado uma pessoa plenamente alfabetizada, é necessário que tenha completado com êxito os cinco primeiros anos do Ensino Fundamental.

A população adulta, sem passagem anterior pela escola, foi o perfil que dominou as classes de educação de jovens e adultos até os anos 80, mas a partir deste período, os jovens de origem urbana, com passagem escolar mal sucedida constituem o novo perfil do alunado, se apresentando como mais um desafio: lidar com pessoas de características tão diversas (jovens, adultos e idosos), com interesses e expectativas diferentes em relação à escola e à vida.

Podemos dizer que a dimensão do problema do analfabetismo exige resposta urgente e incisiva, que só acontecerá por meio de programas permanentes, e não por campanhas e movimentos de curto prazo, que aconteceram na história da educação de jovens e adultos no Brasil. É preciso que o trabalho seja processual, que construa seus princípios político-pedagógicos, preservando a diversidade na forma de atuação e respeitando as diferenças entre as comunidades nas quais as atividades se realizarão.

Partindo destas considerações e do pressuposto da necessidade de contextualização crítica da educação, bem como contribuir para maior aprofundamento da compreensão do trabalho do educador de jovens e adultos, buscamos um posicionamento teórico que pudesse apontar as possibilidades existentes no sentido da proposição de finalidades transformadoras para a ação do professor. O caminho possível para a fundamentação mais consistente deste processo de transformação pode ser encontrado nos pressupostos da concepção crítica de educação.

Assim, propomos que a educação enquanto instrumento mediatizado de transformação social e do homem, como sujeito histórico, possa orientar o educador na definição das áreas que precisam de intervenção e também na escolha de alternativas teórico-metodológicas, que possam garantir o cumprimento da função social da escola.

A construção da fundamentação teórica forneceu os subsídios necessários para que pudéssemos estudar algumas práticas na área, tomando-as como expressões das possibilidades e limites que se colocam nesse contexto em relação à expressão concreta do pensamento teórico-crítico já elaborado.

A análise dos dados da pesquisa empírica indicou que embora as posturas de caráter mais transformador sejam minoritárias, existem evidências de que a reflexão crítica já vem gerando novas formas de atuação.

Estes resultados que consideramos relevantes, mais os postulados das teorias críticas da educação, nos remeteram a uma reflexão que resultou em proposições que poderão contribuir com todos os interessados numa educação de jovens e adultos de qualidade.

Iniciamos por reafirmar que há necessidade de priorizar a educação, especialmente o Ensino Fundamental, e a superação do analfabetismo, de forma que o Sistema Nacional de Educação apresente uma política de educação vinculada a medidas que promovam a justiça social. Isto porque a solução dos problemas educacionais não se encontra exclusivamente na escola, é preciso melhoria nas condições de vida dos alunos e uma distribuição de renda menos desigual.

É preciso garantir o direito de todos à educação básica e implementar uma política capaz de resgatar a qualidade da escola pública

e criar condições para combater a evasão e a repetência que expulsam da escola os alunos

oriundos da classe trabalhadora, freqüentemente tratados como cidadãos de segunda categoria, despojados do direito a um ensino de qualidade e adequado às suas condições de estudo. (GADOTTI, 1995, p. 108)

A escola pública que desejamos é a popular: onde todos terão vaga e o direito de participar da sua construção; que atende aos interesses da maioria; um local de gestão democrática, aberta à participação do povo, cuja qualidade será medida pelo conhecimento socializado, pela solidariedade, pela consciência social e democrática, e pelo repúdio a toda forma de discriminação.

Os recursos financeiros destinados à educação de jovens e adultos, devem ser ampliados com a transformação do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério) em FUNDEB (Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica).

É importante incentivar a educação de jovens e adultos nas empresas públicas e privadas, durante a jornada de trabalho, garantindo a continuidade dos estudos.

Quanto ao currículo e à metodologia, o professor deve compreender a necessidade de resgatar a cultura popular como elemento fundamental no processo de elaboração do saber e utilizar metodologia e material próprios para jovens e adultos. É preciso buscar apoio das universidades, na produção, divulgação e avaliação deste material. (GADOTTI, 1995).

Quando tratamos do trabalho do professor, remetemo-nos em primeiro lugar à formação docente. Esta tem se revelado inadequada, insuficiente e ineficaz, no sentido de garantir as mínimas necessárias para o exercício profissional crítico, competente e comprometido. Esta é decisiva no processo ensino/aprendizagem, pois pode se constituir num elemento favorecedor da competência técnica e do compromisso político do educador, como também pode ser um fator potencializador do fracasso escolar.

É preciso que o educador esteja consciente da sua responsabilidade. Seu posicionamento político é um compromisso com a sociedade, onde ele percebe a importância social, cultural e política de sua tarefa; deve estar ligado também à competência técnica – o educador precisa reconstruir constantemente seus conhecimentos teóricos e não se basear apenas no senso comum.

É urgente a recuperação da função docente, da sua autonomia e valor social, já que nada poderá substituir a ação competente e crítica do professor na construção da escola pública democrática e de qualidade.

Conforme Meira (1997, p.59),

O fracasso da escola pública, nunca tão alardeado quanto atualmente, se coloca como mais um fator de desvalorização crescente do trabalho docente. Esta desmoralização tem sido reforçada pelo processo de desmoralização do serviço público que, aliás, tem sido muito útil

para que os governos possam justificar a ausência de recursos e de bons profissionais em seus quadros, e também acenar, constantemente para a possibilidade de privatização dos serviços que deveriam ser competência do Estado.

Quanto aos cursos de formação de professores, é preciso que ofereçam uma base sólida comum a todos que desejam atuar no ensino fundamental. E que também adotem o estágio obrigatório em classes de alfabetização de jovens e adultos, como procedimento de formação e de apoio ao professor-alfabetizador no seu trabalho.

É preciso que além da formação inicial, haja um investimento na formação permanente do professor, por meio de programas de aperfeiçoamento, especialização, buscando apoio nas universidades e propiciando encontros entre os educadores da área. Além disso, é fundamental garantir a profissionalização do professor de educação de jovens e adultos, para que tenha boas condições de trabalho, bem como um salário digno e carreira definida.

Enfim, o professor de educação de jovens e adultos precisa: de conhecimentos que possibilitem uma atuação que atenda às diversidades dos discentes; trabalhar baseado em situações-problemas para que seus alunos busquem soluções; acolher os alunos; compreender que a prática é a referência da teoria, a teoria é o alimento de uma prática qualitativamente superior; ser membro atuante de uma equipe que exercita o trabalho coletivo, discutindo e socializando suas experiências. (LIBÂNEO, 2000)

Ainda, segundo o mesmo autor (2000, p.84), a formação do professor, para atender estas necessidades, deve atender três dimensões:

Pessoal (articular os processos de auto-formação e a experiência do professor), profissional (professores produzindo sua profissão juntando saberes da experiência com o saber científico e pedagógico), organizacional (a escola como ambiente educativo e local de trabalho coletivo, associando práticas formativas e contextos de trabalho)

Concluindo, é preciso dizer que este trabalho não pretende ser uma receita para qualquer outro contexto, mas sim um momento de reflexão sobre a educação de jovens e adultos e o professor desta área, enquanto um coordenador ativo do processo pedagógico que sabe perguntar e responder; um companheiro respeitoso e sensível da cultura e dos interesses do grupo, comprometido com as causas populares e que junto com seus alunos, companheiros e comunidade, deve buscar a construção de uma sociedade na qual haja paz, justiça, bem-estar, liberdade, esperança e cidadania. Desta forma, o seu trabalho se constituirá em um verdadeiro instrumento de colaboração para a democratização da educação e superação do analfabetismo.

REFERÊNCIAS

CASÉRIO, Vera M. R. A administração da educação de adultos em Bauru (1985-1988) – relato de uma experiência. 1996. Dissertação – UNIMEP, Piracicaba.

_____. Educação de Jovens e Adultos: pontos e contra pontos. Bauru: EDUSC, 2003.

CASÉRIO, Vera M. R.; BARROS, Daniela M. V. (orgs). Educação de jovens e adultos na

sociedade da informação e do conhecimento: tecnologias e inovação. Bauru: Corações e Mentes, 2004.

GADOTTI, M. O papel dos municípios. In: Educação de jovens e adultos. Teoria, prática e propostas. GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. São Paulo: Cortez – Instituto Paulo Freire, 1995.

LIBÂNEO, J. C. Adeus professor, adeus professora. Novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 2000.

MEIRA, Marisa E. M. Psicologia Escolar: pensamento crítico e práticas profissionais. 1997. Tese – USP, São Paulo.